

EÇA DE QUEIRÓS CRONISTA: A RIR SE CASTIGAM OS COSTUMES

THE CHRONICLER EÇA DE QUEIRÓS: CUSTOMS ARE CHASTISED WITH LAUGHTER

Saulo Gomes Thimóteo¹

Luiz Rogério Camargo²

RESUMO

Este trabalho investiga a produção cronística de Eça de Queirós presente em **As Farpas**, destacando sua crítica satírica à sociedade portuguesa do século XIX. Nas crônicas, o autor expõe as máscaras sociais usando o riso como um instrumento de conscientização, a partir das contradições captadas, por exemplo, nos discursos políticos e jornalísticos vigentes. Tomando como base alguns textos da obra **Uma campanha alegre**, o artigo analisa como a proposta de Eça de desmascarar a hipocrisia por meio da ridicularização (algo que também estaria presente no estilo romanesco do autor) se estrutura no discurso dinâmico da crônica.

PALAVRAS-CHAVE: Eça de Queirós. Crônica. Humor. Sociedade portuguesa. Hipocrisia.

ABSTRACT

This paper investigates the journalistic production of Eça de Queirós present in **As Farpas**, highlighting his satirical critique of 19th-century Portuguese society. In his chronicles, the author exposes social masks using laughter as a tool for awareness, based on the contradictions captured, for example, in current political and journalistic discourses. Taking as a basis some texts from the work **Uma campanha alegre**, the article analyzes how Eça's proposal to unmask hypocrisy through ridicule (something that would also be present in the author's novelistic style) is structured in the dynamic discourse of the chronicle.

KEYWORDS: Eça de Queirós. Chronicle. Humor. Portuguese society. Hypocrisy.

INTRODUÇÃO

A análise social e a configuração de tipos e caricaturas estão presentes em toda a obra ficcional de Eça de Queirós. Nela o que se nota é uma arguta e detalhada observação da sociedade portuguesa, tanto no que diz respeito à construção de tensões privadas, como no esforço de expor as esferas públicas.

Na obra cronística de Eça de Queirós, anterior aos romances, observam-se vislumbres das ideias e dos pensamentos que permeariam toda a sua futura produção. A crônica, como salienta Annabela Rita, “ensina a ler activamente, demonstrando que essa leitura se faz recortando um número reduzido de informação da multiplicidade necessária e disponível e comentando esses recortes em função de critérios éticos, lúdicos, informativos etc.” (Rita, 1998, p. 52). Nessa parte da obra de Eça, faz-se esse recorte da realidade e cria-se sobre ele um texto de reflexão.

Eça de Queirós escreveu crônicas veiculadas numa publicação denominada **As farpas** (1871-2), em parceria com o escritor Ramalho Ortigão, sendo mais tarde as de sua autoria recolhidas no livro **Uma campanha alegre**. Como intelectuais que questionavam a sua sociedade, Eça e seu “colega farpista” Ramalho Ortigão afirmam no texto de estreia: “Na epiderme de cada facto contemporâneo cravaremos uma farpa. Apenas a porção de ferro estritamente indispensável para deixar pendente um sinal!” (Queirós, 1946, p. 15). Os incontáveis escarnecimentos e pilhérias tornam-se, então, um sinal de contestação do cenário político e social português do século XIX.

Não apenas os políticos, mas a própria Imprensa era rotineiramente visada pelos olhares dos dois autores. Isso se deve à dependência que ela possuía dos partidos políticos (costume que o tempo não conseguiu dissipar), mas também por maneiras de “chamá-la à razão”, no sentido de expor suas falhas e pedir um maior comprometimento com o relato dos fatos. Como aponta Rita, o jornalismo constitui-se como um discurso sobre, favorecendo o desenvolvimento “da compreensão, da exposição, da crítica, da argumentação, enfim, do posicionamento” (Rita, 1998, p. 30). É atentando para essa “função” jornalística que os cronistas criam, em seus textos, imagens dos acontecimentos, sob um prisma singular, que é o da consciência política.

Assim, esse artigo busca exemplificar duas das formas de hipocrisia pública que Eça de Queirós denunciou em sua produção cronística: o discurso político e o discurso jornalístico. Mesmo temporalmente distante dos fatos referenciados nos textos, o que se apreende das farpas satíricas e caricaturais de Eça é uma espécie de direito utópico, porém verificável, de informar e de ser informado por si mesmo, construindo os ditames da verdade e do bom senso, e sabendo apontar (e descartar) as incoerências vistas nas esferas políticas.

UMA CAMPANHA ALEGRE — ARIR CASTIGAM-SE OS COSTUMES

Como forma de situar a abordagem do discurso “farpista” de Eça de Queirós, aponta-se que o desenho que constava na capa dos cadernos é um diabrete rindo-se enquanto olhava através de um óculo. Tal instrumento, segundo análise de Annabela Rita, simboliza e materializa uma “observação transformadora do real assumida nas *farpas*: circunscreve o *a observar*, detém-se nele e, por um jogo de *lentes*, aproxima-o, ampliando-o (...) favorec[endo] o desenvolvimento de uma atitude que o cronista insinua como caracterizada por um certo ‘diabolismo’” (Rita, 1998, p. 78-9). Esse ar de “demônio *voyeur*” que emanava dos números d’**As Farpas** era devido à multiplicidade de temas que o periódico tratava e da constante ironia que havia em cada comentário feito. As figuras apresentadas ou uma fala inesperada que desmonta um argumento feito pelos “farpados”, tudo acaba por produzir, aos olhos do leitor, uma análise microscópica de uma personalidade ou de um aspecto social português.

É através do escancarar (e, por muitas vezes, do exagero) que Eça de Queirós expunha seu ponto de vista, tendo nisso a intenção cômica. Concetta d’Angeli e Guido Paduano atribuem ao cômico, duas funções: a primeira é a moralística, de “denunciar vícios, comportamentos reprováveis, desvios de ordem que o sistema social estabelece como valor inquestionável e, de tal forma, preparar explícita ou implicitamente sua repressão ou correção”, a outra, que seria a repressiva tradicional, teria a função de “obrigar à inadequação, por estupidez ou loucura, a compartilhar dos pressupostos e das coordenadas mentais do grupo” (D’Angeli; Paduano, 2007, p. 9-10).

A partir dessas definições, pode-se entender que tudo o que foge à regra é suscetível de riso. E o riso aparece como uma espécie de corretivo a determinada situação, que não se enquadra aos padrões previamente conveniados. Nesse sentido, parece haver uma ordem natural das coisas, que deve ser respeitada. Todas as sociedades, independentemente do seu modo de vida, ou da época do seu apogeu, têm códigos próprios de valores morais e éticos, que determinam ou visariam a determinar o comportamento dos indivíduos que dela fazem parte. Quando um indivíduo se desvia desses moldes, passa a ser motivo de piada para os demais.

Para Viana Moog, o cronista Eça “vale-se de todas as oportunidades, agarra os assuntos pelo cabelo, sempre com o sentido de mostrar quanto tudo em Portugal anda fora do espírito do tempo, quanto as suas coisas são antiquadas e mesquinhas” (Moog, 1966, p. 163). E essa “vitrine aumentada” da sociedade sempre se direcionava para as suas esferas mais em evidência: a política e os políticos.

A imprensa, por seu termo, recebe as *farpas* por não ter cumprido o seu papel, segundo os critérios de exposição e análise dos fatos que o cronista observa, pois se mantém ou isolada das realidades políticas importantes e trata de assuntos fúteis de maneira igualmente fútil, ou assume uma bandeira partidária e condiciona-se a defendê-la sem qualquer ressalva. De ambas as

formas, um discurso de hipocrisia se faz notar, pois usa de um tom oficioso e imparcial para disfarçar as reais intenções dos diretores do jornal. **Uma campanha alegre**, portanto, funciona como um sinete sardônico, que alerta para esse mau uso da voz pública. Segundo António Ramos de Almeida, Eça de Queirós

abusou, por vezes, das suas virtualidades de humorista; preferiu quase sempre a sátira e a ironia, convencido de que a melhor maneira de se fazer ouvir a sério era provocando o riso. As suas crónicas revelam-nos uma clarividência surpreendente diante das mais subtis mistificações usadas no seu tempo para deturpar e encobrir o real e o verdadeiro (Almeida, 1945, p. 275-6).

A veia irônica eciana possui alguns rompantes de exagero, mas é por meio deles que as reticências presentes nos discursos políticos e jornalísticos são apresentadas em toda a sua contradição. Como a máxima do poeta Jean-Baptiste de Santeuil apontava, “*castigat ridendo mores*”, e os costumes deturpados que as esferas públicas perpetuavam encontram nas farpas de Eça de Queirós um contumaz atacante.

A GALHOFA A SERVIÇO DA JUSTIÇA

Quando se observa a maneira de se fazer política nos idos de 1870, percebe-se que o jogo que se desenrolava desde a metade do século era “a mera circunstância de estar no poder ou de estar fora do poder. Os elementos excluídos ficavam aliados entre si pelo próprio dinamismo da exclusão e passavam a constituir a oposição” (Saraiva, 1993, p. 420). E é tendo como sustentáculo essa premissa, que os partidos portugueses do período (Regenerador e Histórico) mostravam-se defensores do bem público, mas buscavam os bens próprios. Quando no poder, buscavam justificar suas ações; quando na oposição, alardeavam os desmandos que se produziam. Em meio a isso, Eça de Queirós (na Farpa de número II de **Uma campanha alegre**) vem para expor a anatomia desses partidos, ironizando a “distinção atroz”: “O partido histórico diz gravemente que é necessário respeitar as *Liberdades Públicas*. O partido regenerador nega, [...] provando com abundância de argumentos que o que se deve respeitar são — as *Públicas Liberdades*. A conflagração é manifesta!” (Queirós, 1946, p. 40). Com um discurso com ares “oficiosos”, o farpista apresenta os dois lados da política em brigas inúteis e meramente pragmáticas. O que se desenvolve nessa crônica, assim como em outros olhares sobre os governantes, é a adequação das falas segundo o seu lugar de enunciação, independentemente dos ideais e posições defendidos.

Eça de Queirós, como observador de uma sociedade que se tornava cada vez mais mascarada em sua hipocrisia, denuncia e revela ao leitor o que denominou de “progresso da decadência”. Com isso, o autor pretende mostrar a sua preocupação com Portugal, e com as doenças maldisfarçadas do país, principalmente nos seus sistemas morais, intelectuais e, sobretudo, políticos (Medina, 2000, p. 122). O próprio Eça, no prólogo das farpas, salienta para as falsas ostentações que emanam dos discursos:

Esta política infiel aos seus princípios, vivendo num perpétuo desmentido de si mesma, desautorizada, apupada, pede ainda, a uma multidão inumerável de simples, a salvação da *coisa pública*. É trágico, como se se pedisse, a um palhaço de pernas quebradas, mais uma cambalhota ou mais um chiste. (Queirós, 1946, p. 17, sublinhados nossos)

Por meio da sátira, o cronista tece uma associação bizarra com as falas pronunciadas, da mesma maneira que, com traços literários e com elementos familiares à pena eciana, cria uma pequena linearidade narrativa para melhor exemplificar o seu argumento em face dos acontecimentos que observava. O riso, portanto, estaria agindo como uma espécie de agente repressor, que ao fazer rir, também alerta para o fato de que algo fugiu à situação de normalidade.

Isso se percebe na sequência da “Farpa II”, citada anteriormente, na qual Eça mostra como se estabelece uma forma de “rotina teatral” no Conselho do governo. Quando o partido Histórico propõe a criação de um imposto, o partido Regenerador “brame de desespero [...] As faces luzem de suor, os cabelos pintados destingem-se de agonia, e cada um alarga o colarinho na atitude dum homem que vê desmoronar-se a pátria!” (Queirós, 1946, p. 40). E a mobilização para que tal descabro não aconteça toma lugar por toda a Lisboa, e consegue derrubar o vil ministério histórico. No outro dia, quando o partido Regenerador, no poder, tem a palavra, o novo presidente fala: “Um ministério nefasto (*apoiado, apoiado!* — exclama a maioria histórica da véspera) caiu perante a reprovação do país inteiro. Porque, Senhor Presidente, o país está desorganizado, é necessário restaurar o crédito. É a única maneira de nos salvarmos...” (Queirós, 1946, p. 41), e anuncia a proposta para a criação de um imposto. Como conclusão da sátira, o narrador mostra o centro do partido Histórico, no qual todos estão lúgubres, com a fala de seu presidente: “O país está perdido! O ministério regenerador ainda ontem subiu ao poder, e doze horas depois já entra pelo caminho da anarquia e da opressão propondo um imposto!” (Queirós, 1946, p. 42, sublinhados nossos).

O que se nota dessa crônica com certo teor narrativo é a justificativa de cada partido perante o seu lugar no cenário político. Mas o autor o faz de modo a evidenciar o detalhe que torna a cena igualmente torpe e irônica ao seu leitor. Finalizando com uma máxima que poderia justificar o assunto da crônica, confessa: “Com divergências tão profundas é impossível a conciliação dos partidos!” (Queirós, 1946, p. 42). Diante da máscara de ser governo (e defender o imposto) ou ser oposição (e atacar o imposto), a exposição de Eça evidencia, pela sátira, como ambos os partidos se valem de seus papéis políticos não para sustentar uma argumentação perante um posicionamento, mas sim, jogar conforme as circunstâncias.

Os leitores, ao tomarem consciência desse ponto de vista, descobrem (nas duas acepções do termo) a máscara das personalidades públicas. Como lembra Possenti, “provavelmente todas as piadas veiculam, além do

sentido mais apreensível, uma ideologia, isto é, um discurso de mais difícil acesso ao leitor” (Possenti, 1998, p. 38). E os recursos estilísticos utilizados nessas crônicas confirmam a ideia que Eça “verificou que a melhor maneira de lutar com os cabotinos não é falar-lhes a sério, mas lançá-los às feras do ridículo” (Almeida, 1945, p. 269). Seu diabrete de óculo não se cansa de perceber os detalhes mais obtusos e recônditos dos políticos e transformá-los em caricaturas, justamente para escarnecer e fazer seus leitores rirem-se deles também. Isso porque

Confia-se ao cômico uma função moral precisa e útil dentro da sociedade: com o riso na verdade reagimos a qualquer rigidez individual (do caráter, do espírito e mesmo do corpo) vista como sinal de uma atividade que se adormece ou se isola. O riso surge, portanto, como um corretivo que reprime a excentricidade, mantém em contato as inteligências e as atividades, torna flexíveis os movimentos mecânicos e inertes visíveis na superfície do sistema social. (D’Angeli; Paduano, 2007, p. 276)

O bom cronista vive em meio a uma constante busca do inusitado, do incomum, daquilo que o leve a captar o lado engraçado das coisas. Dessa forma, ele faz do riso uma forma de examinar determinadas contradições na sociedade, levando o leitor a adentrar no intrincado complexo social de que faz parte. No caso de Eça, é na exposição do indivíduo e das instituições que as farpas se fazem mais agudas e penetrantes, como se percebe na sua análise dos discursos dos deputados conservadores na ocasião da negativa para a reforma da Carta Constitucional (Agosto de 1871). Logo no início, o cronista aponta o contrassenso dos políticos citados: “Eles só votaram contra a reforma da Carta — por entenderem que a Carta deve ser reformada” (Queirós, 1946, p. 149). E na continuidade, Eça argumenta sobre esse acontecimento, já delineando a sua linha de pensamento para seu leitor:

A Carta contraria ou não as tendências do espírito moderno, e a opinião? Sim ou não? Só isto se pode debater. Mas confessar publicamente que *sim*, e votar que *não* — é o mesmo que declarar: — Nós entendemos que o país sofre com esta constituição, mas desejamos que ele continue a sofrer! (Queirós, 1946, p. 150)

O autor apresenta esta contradição no discurso político para que, após apresentá-la sumariamente ao leitor, possa dirigir-se aos deputados mais diretamente: “Ah! Vós dizeis que *amais o progresso*. Amais o progresso que vos inventa cadeiras mais cômodas”; e mais adiante confira voz de igualdade e legitimidade para seus leitores: “Vinde no entanto para diante dos leitores das *Farpas*, com o extracto das vossas cómicas opiniões colado às costas. E já que não auxiliais o bem, ajudai a gargalhada!” (Queirós, 1946, p. 150). Em suma, é dessa maneira que os discursos políticos dessa natureza e com esse conteúdo devem ser encarados: através de uma visão chistosa para desmoralizá-los e fazer com que se percebam as incoerências ali presentes.

No jogo estabelecido no palco das farpas, o que se apresenta, em um “espelho deformador”, é a sociedade caricaturada em movimento, e seu condutor faz com que ela se observe e se ria cada vez que as cortinas

da cena reabrem (Rita, 1998, p. 172). E as cenas pormenorizadas da “Farpa XXI” de **Uma campanha alegre** caem agora sobre os atores-deputados que votaram negativamente pela reforma da Carta, com o cronista sendo parte do “espetáculo” criado, produzindo com seu estilo confrontador e, por vezes, teatral, uma comédia do escárnio, do qual figura como a parte consciente e reveladora dos reais discursos.

Na declaração de um deputado, Eça permanece nessa atmosfera de farsa: “O Sr. Silveira da Mota [...] examina, com grande critério, todas as reformas que o país precisa — e termina por dizer que [...] não precisa nenhuma. O que se traduz deste modo trágico: *isto está tão arruinado que já agora deixá-lo ficar assim!*” (Queirós, 1946, p. 151). Dessa fala, o farpista apresenta o personagem como alguém “estranho”, que muito descobre as reformas, mas convence-se (e pretende convencer a todos) de que de nada adiantarão reformas.

Os contrassensos captados se revelam como justificativas vãs para tentarem isentar-se perante a opinião pública das atitudes tomadas, mas Eça de Queirós os despe para mostrar os desencontros produzidos. Com o Sr. Barros e Cunha, por exemplo, faz um paralelismo entre a ação e a declaração, dizendo que o deputado “declara que todo o seu sentimento (êxtase, melancolia, doçura, amor, etc.) são pela reforma da Carta: mas que a frieza da sua cabeça não lhe permite admitir essa reforma”, e então estabelece-se uma representação diante do que foi dito: “Como homem frio, quando raciocina, o Sr. Barros e Cunha é conservador: mas como homem de sentimento, quando cisma ao luar, quando segue o gemer da guitarra, quando escuta o rouxinol — ai! Como ele então deseja a reforma da Carta!” (Queirós, 1946, p. 151-2, sublinhados nossos). O ridículo da cena apresentada deixa desacreditado o pretexto dado pelo deputado. Assim como o de Adriano Machado, que não votou a favor por querer apresentar uma reforma própria, ou seja, para esse deputado, não importa a reforma em si, mas sim quem receberia os louvores.

Podem-se dividir os métodos de justificativas desses deputados, diante da análise eciana, como de duas frentes: ou recusaram a reforma da Carta por motivos pessoais, por não os favorecerem como esperavam; ou, ainda, por simples imbecilidade. Exemplos do segundo tipo são o Sr. Costa e Silva e o Sr. Franco Frazão, que possuem na Farpa uma aura particular de sarcasmo e ironia. O primeiro “entende que a Carta é liberal e não precisa reformas; e, a tê-las, só em alguns dos seus artigos, *não muitos*. Para este senhor a questão é de quantidade. Aí 5 ou 6 contentam-no: se fossem 3 e meio, tinha câibras de prazer!” (Queirós, 1946, p. 152). Já o segundo, para deleite do cronista zombeteiro, “declara que a reforma da Carta não deve ser admitida à discussão, porque está muito calor. Este homem é grande! Este homem há-de ir longe — em havendo frio! Deixem vir Janeiro, e o país verá como o Sr. Franco reforma e organiza. Por ora, não” (Queirós, 1946, p. 154). Os discursos proferidos oficialmente, e desconstruídos pelas Farpas, evidenciam como a política é vista por Eça: “Como um ócio organizado, útil apenas para quem o exerce, ridículo aos olhos do espectador crítico;

um mundo burlesco” (Medina, 2000, p. 151). E é pelas caricaturas criadas de pessoas públicas (como o Sr. Barros e Cunha emocionado ao gemer de uma guitarra) que o cronista Eça de Queirós conscientiza seu leitor através do humor e do riso e expõe os “representantes dos interesses do povo” como pessoas interessadas apenas em si e em seus ganhos.

O que se percebe, diante das galhofas feitas, é que elas também escondem um fio de melancolia do próprio autor. Segundo Sérgio Paulo Rouanet, “a melancolia é a doença do alegorista, porque a meditação alegórica é própria do enlutado” (Rouanet, 2007, p. 231), e Eça cria, nas farpas, alegorias recheadas de ironias para desviar-se das tristezas que as cenas políticas vistas lhe inspirariam. Como o autor deixa transparecer na conclusão da “Farpa VI”, dirigindo-se ao corpo da Câmara, após passá-la a pente-fino: “Achais estas páginas cruéis? Pensais que não nos dói tanto escrevê-las como vos dói o lê-las? Pensais que é com espírito alegre, e a pena ao vento, que levantamos um por um, diante do público, os farrapos da vossa decadência?” (Queirós, 1946, p. 61-2). Mas Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, nas farpas, recorreram ao humor, ao achincalho de uma sociedade torta para fazê-la acordar, pois pelo escárnio o leitor mais atentamente vê as informações que lhe são apresentadas, e descobre padrões antes não vistos. Como Annabela Rita salienta: “O riso é o efeito imediato e mais evidente visado pela série. No entanto, o cronista busca outra repercussão mais mediata: uma reação socialmente transformadora, consequência da emocionalidade afectada” (Rita, 1998, p. 162). Nesse sentido, ainda, conforme explica Henri Bergson, uma das funções da comédia é a de equilibrar a sociedade:

A comicidade é esse lado da pessoa pelo qual ela se assemelha a uma coisa, aspecto dos acontecimentos humanos que, em virtude de sua rigidez de um tipo particular, imita o mecanismo puro e simples, o automatismo, enfim o movimento sem a vida. Exprime, portanto, uma imperfeição individual ou coletiva que exige correção imediata. O riso é essa correção. O riso é certo gesto social que ressalta e reprime certa distração especial dos homens e dos acontecimentos. (Bergson, 2004, p. 64-65)

Para os cronistas, a justiça se efetiva quando a sociedade e as partes que a compõem, descobrem como podem ser ridículas e tortas as ações e discursos que a sustentam. Pedem aos leitores que, assim como eles, tornem-se descobridores, decifradores e intérpretes dos sentidos que emanam das falas de políticos e outras figuras públicas. É a partir disso que uma nova forma de ver se principia, mais crítica e mais consciente.

O REI ESTÁ NU, MAS OS JORNAIS DIZEM QUE É MODA

Em associação à crítica dos discursos políticos, outro touro que recebia por vezes uma farpa, mas com o intuito de fazê-lo reconhecer as faltas cometidas e as publicações equivocadas é o discurso jornalístico. Os jornais, para Eça de Queirós, constituíam-se de “uma imprensa tão rotineira

e rasteira, sem ideias nem fins”, que não conseguia ir além de “banalidades constitucionais” (Medina, 2000, p. 128). Como o próprio cronista salienta, no prólogo das Farpas:

Os [jornais] políticos têm todos a mesma política:

A – quer ordem, economia e moralidade.

B – queixa-se de que não há economia nem moralidade, o que ele receia muito que venha a prejudicar a ordem.

C – diz que a ordem se não pode manter por mais tempo, porque ele nota que principia a faltar a moralidade e a economia.

D – observa que no estado em que vê a economia e a moralidade, lhe parece poder asseverar que será mantida a ordem.

(Queirós, 1946, p. 22)

As ideias e pensamentos dos diferentes jornais portugueses do século XIX mantinham um padrão similar, exagerado na farpa como uma simples questão semântica. Cada jornal mantinha uma linha editorial fechada ou em torno de um grupo político, defendendo-o sem qualquer ressalva, ou guiada por uma única ideologia religiosa, moral ou conservadora. Foi por isso, também, que as Farpas atingiram tamanha notoriedade, sendo uma “novidade cultural, ideológica e propriamente jornalística no panorama oitocentista português” (Medina, 2000, p. 117), que orbitava os assuntos e pronunciava-se livremente (e descaradamente) sobre eles. De modo que os próprios periódicos, como **A Nação** e **Bem Público**, também seriam alvo dos farpistas, por representarem o marasmo e as evasivas que pululava na sociedade de Portugal.

Eça de Queirós, em relação às suas crônicas e sua publicação, indaga:

Quereis saber a razão por que os nossos pensamentos mais escrupulosamente dignos não podem aparecer onde aliás aparece tanta ideia abjecta, tanta mediocridade maligna, tanta petulância perniciosa? É porque no estado de depressão moral em que se acha a imprensa e a tribuna ninguém ousa publicar senão metade da sua opinião. É a liberdade, a fraternidade e a igualdade do insignificante e do medíocre. (Queirós, *apud* Rita, 1998, p. 46-7)

A hipocrisia que se via nos meios políticos, com suas meias-verdades e desvios intencionais, migra também para a imprensa, na qual não haveria espaço para publicar pensamentos que quebrassem a mediocridade social. Até mesmo nos jornais, lugar de pretensa exposição e debate das ideias que impulsionariam os ideais mais nobres, o que se encontra são opiniões truncadas, insignificâncias e alienações (tanto para o alheamento, quanto para a militância cega).

Como exemplo da crítica a jornais que apregoavam um discurso alienado, no sentido de defender uma ideologia e não se desviar dela jamais, vê-se a Farpa XIII, “Máximas e opiniões da *Nação*, jornal”. Nela, apresenta-se a **Nação** como um “jornal de arqueologia e de piedade”, e que “espera a

restauração em França com o conde de Chambord — e di-lo claramente. Em Espanha com Carlos VII — e exulta abundantemente. Depois acrescenta: — *e em Portugal com...*” (Queirós, 1946, p. 99). Surge então a primeira indagação do cronista, diante dessa declaração pela metade do jornal: “Põe pontos de reticência. É respeito? É pudor? Estratégia? Não se sabe. Evidentemente aqueles pontos de reticência designam *alguém*. Mas *quem*? — como se diz nos ‘*vaudevilles*’” (Queirós, 1946, Vol. 1, p. 99). Com o estilo pouco a pouco se esgueirando pelos espaços, anunciando-se e teatralizando o discurso, Eça vai troçando timidamente a princípio, como esperando o touro virar-se para melhor lançar a estocada.

E ela vem quando surge, quase como uma epifania, o sentido extraído daquela declaração do jornal sobre quem daria a restauração a Portugal: “A *Nação* é clara, sem equívocos. A *Nação* [...] quer simplesmente dizer que em Portugal reinará *Pontos de Reticência*. *Pontos de Reticência* é um nome. O nome de um rei. *Pontos de Reticência I*” (Queirós, 1946, p. 101). E após a sátira à reticência do jornal, o cronista começa a analisar as máximas já anunciadas no título da farpa.

Quando Adolfo Coelho, nas Conferências do Casino, dissera que “a ciência no seu domínio era independente da fé”, eis que um correspondente eclesiástico da *Nação* exclama: “Como ousa o sábio dizer que a ciência é alguma coisa sem a fé? [...] A ciência não pode dar um passo, um único, sem ser auxiliada pela fé!” (Queirós, 1946, p. 102). E esse é o mote para que Eça comece a imaginar, e pedir ao seu leitor que o acompanhe no devaneio, sobre um homem que, fazendo uma conta à luz do candeeiro, estaca suando diante de “3 e 7”. “A ciência bem lhe diz que são 10, mas a ciência não é nada sem o auxílio da fé — e o homem do Senhor corre a consultar Santo Agostinho. Nada porém ensina sobre essa matéria o sublime Doutor” (Queirós, 1946, p. 102). E após uma procura estafante por todos os infólios e concílios, sem nada encontrar que afirmasse a conta matemática, erra a soma.

Essa criação literária irônica, com direito à construção eciana da cena, vem para desbancar e chacoalhar as ditas “veracidades” das declarações. Para o autor, “A *Nação* vive exclusivamente no passado, na arqueologia” (Queirós, 1946, p. 107), tem ainda certo receio da indústria, assim como de palavras como liberdade e igualdade, que considera ímpias e impuras. Mas o farpista não lhe quer criticar com o intuito de destruir o jornal, tem antes uma piedade por ele, ainda que satírica. Eça dirige-se ao periódico:

Nação, Nação, boa amiga! Não nos queiras mal. Tu és velha, tu és fabulosamente velha, tu és de *além da campã*! Mas tens o carácter firme (...) Lançaste a âncora no meio do oceano e ficaste parada. Estás apodrecida, cheia de algas, de conchas, de crostas de peixes, mas não andaste no ludíbrio de todas as ondas e na camaradagem de todas as espumas! Tu eras excelente — se fosses viva. Mas és um jornal sombra. (Queirós, 1946, p. 108)

E essa maneira de ver o jornal **A Nação**, como uma senhora velha que tergiversa irrosa, encontra certa forma de riso empático por parte de Eça de Queirós, como que rindo dos disparates que ela solta pelo caminho. Mas isso não acontece quando se trata do **Bem Público**, jornal católico e conservador, que recebe especial atenção do cronista na “Farpa LII”, intitulada “Conversa com o *Bem Público*”, e na qual se rebate a crítica do jornal a três Farpas anteriores.

Remetendo à hipocrisia do século XIX, o historiador Peter Gay ressalta que “os piores hipócritas, em suma, eram aqueles que perseguiram obsessivamente a hipocrisia a fim de satisfazer necessidades escusas” (Gay, 1988, p. 292). Assim, podem-se associar as acusações do **Bem Público** às Farpas como uma forma de apontar, nos outros, o que não se quer apontar em si. Porém, em se tratando das Farpas, a réplica logo surge, com um início repleto de adjetivos irônicos que já antecipam o que se verá: “O excelente jornal, o *Bem Público*, num artigo amargo e piedoso, trabalhado com doçuras de sacristia e repêlões de sala de armas, de resto subtil e curioso — dá-nos a honra de sacudir, com a sua pesada mão católica e romana, três pobres artigos das *Farpas*” (Queirós, 1946, p. 317). E, após este começo pomposo e com reverências, Eça de Queirós principia a desmontar as críticas às suas Farpas.

No primeiro artigo, analisam-se vários assuntos concernentes ao cemitério, e com as necessidades para que lá repousassem os restos mortais das pessoas da sociedade. Assim, o cronista resume a declaração feita pelo **Bem Público**: “Deve-se excluir do cemitério todo o homem que não ouviu missa em vivo... E lá o explicas, com profundidade no dizer e alto critério no pensar: — Porque não se pode obrigar esse homem a ouvir missa depois de morto!” (Queirós, 1946, p. 318). A partir disso, continua a ridicularização do discurso do jornal, taxando-o de ignorante e alienado, embora continue usando de epítetos enaltecedores. Pode-se apresentar como exemplo o trecho quando o **Bem Público** exclama que os cemitérios só têm sua razão de ser na teologia, como a história comprova, e o farpista rebate, ao notar que a teologia é posterior aos primeiros séculos do cristianismo:

Oh! Sábio *Bem Público*, dize-no-lo, tu que o sabes! Se os homens só foram enterrados desde que a teologia se fixou em grossos tomos — em que lugar tenebroso aguardaram o seu dia de sepultura os primitivos árias, os luminosos índios [...] e todos os habitantes de todos os continentes de todos os séculos? Di-lo, sábio *Bem*! Será verdade que eles passeavam pelo éter, fumando o seu cigarro — à espera que Santo Agostinho nascesse? (Queirós, 1946, p. 319-20)

A maneira encontrada para melhor desbancar o discurso beato do jornal é através da racionalidade irônica, ilustrada com cenas incoerentes. E agora, o farpista encontra-se em liberdade suficiente para abertamente expor as incoerências produzidas pelo discurso “imparcial” e “defensor da verdade” que o **Bem Público** impinge aos leitores. Como lembra Bergson, aquilo que é cômico exige algo que anestesie o coração, já que apresenta um viés

puramente intelectual. O autor sustenta que o riso surge quando os homens reunidos, a sociedade em si, volta sua atenção para um homem, calando a sensibilidade e valendo-se apenas da inteligência. “Para compreender o riso, é preciso colocá-lo em seu ambiente natural, que é a sociedade; é preciso, sobretudo, determinar sua função útil, que é uma função social. O riso deve ter uma significação social” (Bergson, 2004, p. 4).

Quanto ao segundo artigo posto na berlinda pelo jornal, sobre a censura feita pelas Farpas de que “os missionários vendessem cartas da Virgem Maria a diversos devotos”, o cronista mostra-se amplamente teatral diante da declaração do **Bem** de que não haveria missionários em Braga:

“Como assim! Treloucas, *Bem!* Não há missionários em Braga? Diz antes, amigo, que não há turcos em Constantinopla! Que não há água nos rios! Que não há estrelas no céu! [...] Ah querido! Não há missionários em Braga? Onde os há então, em Berlim?” (Queirós, 1946, p. 321).

A zombaria presente na crônica, com direito a rompantes de estupefação, mostra como se processa o estilo eciano nas Farpas: “flexuoso e sensual”, deleitando-se com “a divagação, a minúcia, o incidente” e detendo-se a cada passo, escrevendo a *petites-plumées* (Moog, 1966, p. 164). Dessa forma, Eça de Queirós funciona como um ramo de urtiga, açoitando os ditos “discursos moralizantes”.

E, por fim, como estocada final diante de um **Bem Público** que agoniza, o farpista joga sua última declaração:

Ah! *Bem Público*, excêntrico maganão, conserva-te quieto na tua doce sombra! Reza, jejua, canta no coro, usa cilício — mas deixa-nos em paz. Contenta-te em ser um jornal boa-pessoa, pesadote e pacatote, — e a ter o inteiro aplauso de antigos egressos. Mas não venhas interpor-te no nosso caminho. Toma ao teu canto o teu rapé, e usa em silêncio a tua flanela. E serás grande, ó *Bem!* Ó bom *Bem!* Ó *Bem* bom! *Bum!* (Queirós, 1946, p. 323)

A evolução pela qual a crônica passa, indo de “o excelente jornal” até “*Bum*”, mostra a gradação do discurso eciano em apontar os erros e ridicularizar seus pretensos difamadores. Zombando da sisudez e austeridade dos outros discursos, Eça de Queirós vai tecendo suas falas e portando-se diante da realidade e das peças sociais que a compõem, como alguém que sabe ver para além de todas as mistificações (Almeida, 1945, p. 277), como um observador audaz que procurava descobrir e mostrar a sociedade sem véus ou máscaras.

A iniciativa de Eça de Queirós, com as farpas, era produzir um “jornalismo de ideias, de crítica social e cultural, mais voltado para fazer o exame em profundidade de uma sociedade” (Medina, 2000, p. 129). E essa maneira de pensar e fazer o jornalismo fez com que as Farpas funcionassem, em alguma medida, como as “trombetas de Josué”, diante das muralhas de uma “grotesca Jericó burguesa” (Medina, 2000, p. 119). Mas o que se viu foi que, mesmo o autor supondo que as gargalhadas funcionariam para destruir

os muros, com obstáculos como a já observada “agregação heterogênea de inactividades que se enfastiam” (Queirós, 1946, p. 38) e a própria hipocrisia da sociedade portuguesa do século XIX, o farpista não conseguiu desmantelá-los nem tampouco movê-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As interrogações expressas nas crônicas de Eça de Queirós, aqui exploradas nas esferas dos discursos políticos e jornalísticos, contribuem para que um quadro mais nítido e completo se faça das suas concepções de mundo e sociedade. Mais do que narrar as histórias e os fatos, essas crônicas possuem ainda um discurso analítico e um demonstrativo. Com o primeiro, o olhar cronístico procura atravessar as aparências e ver além delas. E o segundo, por sua vez, trabalha com um esclarecimento argumentado e desmistificador (Rita, 1998, p. 104).

Seja observando a superficialidade argumentativa dos políticos ou a sua maleabilidade diante do fato de ser governo ou oposição, seja confrontando outros veículos de comunicação possuidores de um discurso retrógrado, inerte e que não problematiza as questões do seu tempo, as crônicas de Eça de Queirós permitem ver claramente que “o cronista não pretende *mostrar* a realidade tanto quanto possível *como ela se apresenta*, mas falar sobre ela: *mostrar como a vê e fazer vê-la da mesma maneira*” (Rita, 1998, p. 106). A defesa do seu ponto de vista, da sua ideologia particular permite que a crônica não siga, necessariamente, a linha editorial do jornal. No caso de Eça, que era as Farpas, a zombaria e ridicularização da sociedade, dos políticos e dos jornais seguia o seu próprio fluxo e sua própria vontade. Além disso, escrevendo a seu tempo e com suas limitações e inovações particulares, conseguiu fazer de suas crônicas um veículo de comunicação da sua forma de ver o mundo.

A ideia de cosmovisão, a relação do escritor no seu contexto, pode ser aproximada à ideia proposta por Carlos Reis, ao falar da capacidade que o escritor tem para apreender e disseminar, pelo mosaico da sua produção literária, as linhas de força de um universo complexo e multimodo (Reis, 1983, p. 233). O cronista Eça de Queirós, portanto, funciona como receptor e emissor, contemplando a realidade e rerepresentando-a de modo a despi-la de tudo aquilo que considera falso ou danoso para o avanço da sociedade. Embora critique os discursos políticos, apresente as contradições dos editoriais de outros jornais e aponte as nódoas da sociedade, o que o cronista espera, realmente, é que o seu leitor, impulsionado pelos textos e pela ridicularização das máscaras da hipocrisia, descubra meios de evoluir e intervir na sociedade com uma visão crítica dos discursos e de seus atores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, António Ramos de. **Eça**. Porto: Livraria Latina, 1945.
- BERGSON, Henri. **O Riso**: Ensaio sobre a significação da comicidade. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

D'ANGELI, Concetta; PADUANO Guido Paduano. **O Cômico**. tradução de Caetano Waldrigues Galindo. Curitiba: UFPR, 2007.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**: A educação dos sentidos. Trad. Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MEDINA, João. **Eça de Queirós antibrasileiro**. Bauru: EDUSC, 2000.

MOOG, Vianna. **Eça de Queirós e o século XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua**: análises lingüísticas de piadas. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

QUEIRÓS, Eça de. **Uma campanha alegre**. Porto: Lello & Irmão, 1946.

REIS, Carlos. **O discurso ideológico do neo-realismo português**. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

RITA, Annabela. **Eça de Queirós cronista**. Lisboa: Cosmos, 1998.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Riso e melancolia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARAIVA, José Hermano. **História de Portugal**. Lisboa: Europa-América, 1993.

Recebido para avaliação em 13/05/2024.

Aprovado para publicação em 02/08/2024.

NOTAS

1 Professor Associado II de Teoria Literária e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, campus Realeza/PR. Doutor pela Universidade de São Paulo – USP. E-mail: saulo.thimoteo@uffs.edu.br; ORCID: 0000-0002-3874-9215

2 Professor de Comunicação e Literatura da Fae Centro Universitário – Curitiba/PR. Doutor pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Formado em Letras e Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. E-mail: lrcamargo.roger@hotmail.com; ORCID: 0000-0001-9929-6515